

IDEAU

**MAPEAMENTO DO PERFIL DOS ESTUDANTES COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ (2019–
2020)**

**SPECIAL EDUCATION IN SANTA BÁRBARA DO PARÁ:
STUDENT ENROLLMENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL
NEEDS (2019–2020)**

**EDUCACIÓN ESPECIAL EN SANTA BÁRBARA DO PARÁ:
MATRÍCULAS DE ESTUDIANTES CON NECESIDADES
EDUCATIVAS ESPECIALES (2019–2020)**

Erivelton da Silva Lopes

Doutorando em Ciências da Educação, Dinâmica Social Pós-moderna e Religiosidade, Fust University, Orlando, Florida, Estados Unidos da América.

E-mail: eriveltonlopes89@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1556-8665>

Shirley Cristina Cabral Nascimento

Doutora em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: sccn.rj@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7139-7162>

Wanda Luzia Caldas de Brito

Especialista em Educação Especial e Inclusiva área de concentração em Tecnologia Assistiva, Faculdade de Educação São Luís, Jaboicabal, São Paulo, Brasil E-mail: wandaluzia1315@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4979-6250>

Aquila Mescouto Miranda

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

E-mail: mescoutoaquila@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4691-9189>

Dilma Costa Nogueira Dias

Doutoranda em Educação, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Brasil. E-mail: dilmacndias@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5170-7669>

DOI:10.55905/reiv6n1-019

Submitted on: 1.24.2026 | Accepted on: 1.26.2026 | Published on: 2.17.2026

Márcia Cardoso Lima

Especialista em Gestão Escolar, Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba, Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcyclima@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2665-2767>

Vanessa Kely da Silva Brito

Especialista em Educação Especial na perspectiva da Inclusão, Faculdade Ipiranga, Belém, Pará, Brasil. E-mail: britovanessa.prof@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3238-7578>

Ivete Furtado Siraides Silva

Especialista em Educação Inclusiva, Faculdade Fael, Lapa, Paraná, Brasil.
E-mail: lvetesiraidesilva92@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2665-2767>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mapear e descrever o perfil dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) matriculados na rede municipal de ensino de Santa Bárbara do Pará nos anos de 2019 e 2020. A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, de natureza descritiva e documental, utilizando dados oficiais da Secretaria Municipal de Educação, complementados por visitas in loco às unidades escolares da rede pública. Foram consideradas variáveis como gênero, faixa etária, tipo de diagnóstico, ano escolar, turno e unidade de ensino, possibilitando uma caracterização sistemática do público atendido pela Educação Especial no município. Os resultados indicam redução no número de matrículas em 2020, possivelmente associada aos impactos da pandemia de COVID-19, que intensificou barreiras de acesso, permanência e atendimento educacional especializado. Observou-se predominância de estudantes do sexo masculino, concentração etária entre 6 e 10 anos e elevada incidência de Deficiências Múltiplas, demandando estratégias pedagógicas específicas e apoio multiprofissional. A maior concentração de matrículas nos 4º e 5º anos evidencia dificuldades no fluxo escolar e possíveis distorções idade/série. O estudo revela fragilidades estruturais, como a insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais e de equipes técnicas especializadas, reforçando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas locais. Conclui-se que a consolidação da Educação Inclusiva no município requer investimentos contínuos em formação docente, reorganização do Atendimento Educacional Especializado e articulação intersetorial, assegurando o direito à educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Necessidades Educacionais Especiais. Educação Inclusiva. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article aims to map the profile of students with Special Educational Needs (SEN) enrolled in the municipal education system of Santa Bárbara do Pará during the years 2019 and 2020. The study adopts a qualitative and quantitative

approach, with a descriptive and documentary nature, based on official data from the Municipal Department of Education and complemented by on-site visits to public schools. The mapping process considered variables such as gender, age group, type of diagnosis, grade level, school shift, and educational unit, allowing for the systematization of information regarding the population served by Special Education in the municipality. The results indicate a reduction in total enrollments in 2020, possibly associated with the impacts of the COVID-19 pandemic, which intensified barriers to access, school retention, and specialized educational support. A predominance of male students was observed, along with an age concentration between 6 and 10 years and a high incidence of multiple disabilities, requiring complex pedagogical strategies and multiprofessional support. The concentration of enrollments in the 4th and 5th grades reveals difficulties in school progression and potential age–grade distortion. The study also highlights structural weaknesses, such as the insufficient availability of Multifunctional Resource Rooms and specialized technical teams, reinforcing the need to strengthen local public policies. It is concluded that mapping the profile of students with SEN provides relevant support for planning, reorganizing specialized educational services, and consolidating inclusive and equitable education in the municipality.

Keywords: Special Education. Special Educational Needs. Specialized Educational Support. Inclusive Education. Public Policies.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mapear el perfil de los estudiantes con Necesidades Educativas Especiales (NEE) matriculados en la red municipal de enseñanza de Santa Bárbara do Pará, en los años 2019 y 2020. La investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo y cuantitativo, de naturaleza descriptiva y documental, basada en datos oficiales de la Secretaría Municipal de Educación, complementados con visitas in situ a las unidades escolares de la red pública. El mapeo consideró variables como género, grupo etario, tipo de diagnóstico, grado escolar, turno y unidad educativa, permitiendo la sistematización de información sobre el público atendido por la Educación Especial en el municipio. Los resultados evidencian una reducción en el número total de matrículas en 2020, posiblemente asociada a los impactos de la pandemia de COVID-19, que intensificó las barreras de acceso, permanencia y atención educativa especializada. Se observó un predominio de estudiantes del sexo masculino, concentración etaria entre 6 y 10 años y una alta incidencia de discapacidades múltiples, lo que demanda estrategias pedagógicas complejas y apoyo multiprofesional. La concentración de matrículas en el 4.º y 5.º grado revela dificultades en la trayectoria escolar y posibles distorsiones edad/grado. El estudio también señala fragilidades estructurales, como la insuficiencia de Aulas de Recursos Multifuncionales y de equipos técnicos especializados, reforzando la necesidad de fortalecer las políticas públicas locales. Se concluye que el mapeo del perfil de los estudiantes con NEE constituye un insumo relevante para la planificación, la reorganización de la atención educativa

especializada y la consolidación de una educación inclusiva y equitativa en el municipio.

Palabras clave: Educación Especial. Necesidades Educativas Especiales. Atención Educativa Especializada. Educación Inclusiva. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como direito social fundamental e dever do Estado e da família, orientando sua promoção pelos princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade humana. Ao atribuir à educação a finalidade de assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, o texto constitucional reafirma o compromisso com a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa. Nesse contexto, o reconhecimento e a garantia dos direitos educacionais das crianças e adolescentes, especialmente daqueles com deficiência ou com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), representam avanços relevantes na consolidação de políticas públicas voltadas à equidade e à inclusão social.

No âmbito da Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 estabelece que os sistemas de ensino devem matricular estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar à escolarização. Essa diretriz reforça a concepção da Educação Especial como modalidade transversal, comprometida com a eliminação de práticas segregadoras e com a promoção do acesso ao currículo comum, mediante os apoios necessários à aprendizagem.

Apesar dos avanços normativos, a efetivação da Educação Inclusiva permanece como desafio para os sistemas de ensino, especialmente no âmbito municipal. A persistência de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, aliada à insuficiência de recursos especializados e à fragilidade da articulação

intersetorial, evidencia a distância entre o que está previsto na legislação e a realidade vivenciada nas escolas públicas. Esse cenário demanda análises sistemáticas que subsidiem o planejamento educacional e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo mapear e descrever o perfil dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na rede municipal de ensino de Santa Bárbara do Pará nos anos de 2019 e 2020, considerando variáveis como gênero, faixa etária, tipo de diagnóstico, ano escolar e unidade de ensino, contribuindo para o aprimoramento da gestão educacional e para o fortalecimento das políticas de Educação Inclusiva no contexto local.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

O município de Santa Bárbara do Pará integra a Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, e apresenta características socioeconômicas comuns a municípios amazônicos de pequeno porte, marcados por desigualdades sociais, limitações na infraestrutura urbana e desafios históricos relacionados ao acesso a políticas públicas. Esse contexto territorial e social influencia diretamente a organização dos serviços educacionais, especialmente no que se refere à garantia do direito à educação com equidade, considerando as especificidades da população atendida pela rede municipal de ensino.

A rede pública municipal atende, majoritariamente, estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade social, caracterizados por baixos níveis de renda, acesso limitado a serviços básicos e fragilidade no acompanhamento educacional familiar. Essas condições repercutem no cotidiano escolar e demandam das instituições de ensino estratégias pedagógicas diferenciadas, capazes de responder às múltiplas necessidades dos estudantes. Nesse cenário, a escola assume papel central não apenas na escolarização, mas também na promoção de inclusão social, acolhimento e desenvolvimento integral dos educandos.

As dificuldades estruturais foram intensificadas durante o período da pandemia da COVID-19, quando a suspensão das atividades presenciais evidenciou a fragilidade dos mecanismos de acompanhamento educacional dos estudantes com NEE. Com a limitação do acesso a tecnologias digitais, a interrupção parcial do Atendimento Educacional Especializado e a sobrecarga das famílias comprometeram a continuidade do processo educativo, ampliando desigualdades já existentes. Esse contexto reforça a necessidade de fortalecimento das políticas educacionais inclusivas no município, com investimentos em formação docente, ampliação dos serviços especializados e planejamento intersetorial capaz de assegurar o direito à educação com qualidade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial, concebida como modalidade transversal da Educação Básica, constitui elemento central para a efetivação do direito à educação dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, ao assegurar sua escolarização em classes comuns do ensino regular com os apoios necessários à aprendizagem. Essa concepção, consolidada nas normativas brasileiras, rompe com práticas segregadoras ao afirmar que as diferenças individuais não devem justificar a exclusão do currículo comum, mas demandar estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos de acessibilidade que garantam participação e aprendizagem.

Ademais, as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, menciona no seu art. 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

A perspectiva inclusiva adotada pelas políticas educacionais brasileiras dialoga com os princípios internacionais consagrados na Declaração de Salamanca (1994), que desloca o foco da deficiência para as barreiras pedagógicas, organizacionais e atitudinais presentes nos sistemas educacionais. Essa abordagem é particularmente relevante para a interpretação dos resultados relacionados às desigualdades de acesso, permanência e atendimento especializado, uma vez que tais desigualdades refletem, em grande medida, limitações estruturais e institucionais, e não apenas características individuais dos estudantes.

A literatura especializada indica que a efetivação da Educação Inclusiva exige ações intersetoriais contínuas e práticas pedagógicas sensíveis às especificidades dos estudantes desde as etapas iniciais da escolarização. O desenvolvimento cognitivo e social ocorre de forma intensa nos primeiros anos de vida, o que torna a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental estratégicos para a identificação das necessidades educacionais e para a oferta de intervenções adequadas (NASCIMENTO et al., 2021). Tal compreensão subsidia a análise dos dados referentes à faixa etária e ao momento de inserção dos estudantes com NEE na rede municipal.

No campo da organização dos sistemas de ensino, estudos apontam que a insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais, a limitação de materiais pedagógicos acessíveis e a escassez de equipes multiprofissionais comprometem a qualidade do Atendimento Educacional Especializado e sua articulação com o ensino regular. Esses fatores estruturais ajudam a explicar padrões identificados nos resultados, como a concentração de matrículas em determinadas unidades escolares e a fragilidade da oferta de serviços especializados em contextos municipais de pequeno porte.

Em consonância com essas diretrizes, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), em sua Meta 4, estabelece a universalização do acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, reforçando a responsabilidade do Estado na redução das desigualdades educacionais. No plano internacional, o Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável 4 reafirma a educação inclusiva como condição essencial para a promoção da equidade social e do desenvolvimento sustentável, elementos que orientam a interpretação crítica dos dados empíricos apresentados neste estudo.

Dessa forma, o referencial teórico aqui mobilizado fornece sustentação analítica para a discussão dos resultados, ao permitir compreender como os dados sobre gênero, faixa etária, tipo de diagnóstico, ano escolar e unidade de ensino expressam não apenas características do público atendido, mas também as condições institucionais, políticas e pedagógicas que estruturam a Educação Especial no contexto municipal.

3 METODOLOGIA

A procura de um método torna-se um dos problemas mais importantes de todo empreendimento para a compreensão das formas caracteristicamente humanas de atividade psicológica. Nesse caso, o método é, ao mesmo tempo, pré-requisito e produto, o instrumento e o resultado do estudo (Vygotsky, 2002, p. 6).

O estudo adotou abordagem mista, de natureza quali-quantitativa, conforme Creswell (2007), com o objetivo de mapear e descrever o perfil dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) matriculados na rede municipal de ensino de Santa Bárbara do Pará nos anos de 2019 e 2020. O delineamento metodológico possibilitou a análise integrada de dados estatísticos e informações documentais, assegurando coerência entre os procedimentos adotados e os objetivos da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental (GIL, 2010), a partir de registros oficiais da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares, incluindo dados de matrícula, ano escolar, faixa etária, gênero e tipo de diagnóstico. Para fins de classificação das condições identificadas, foram consideradas as diretrizes do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5* (APA, 2014).

Os dados foram analisados de forma descritiva e comparativa, contemplando os anos de 2019 e 2020, o que permitiu identificar padrões de

distribuição dos estudantes com NEE, bem como variações no atendimento educacional especializado no período analisado. A triangulação das fontes documentais conferiu consistência analítica aos resultados e sustentou as discussões apresentadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta e discute os resultados referentes à matrícula de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede municipal de ensino de Santa Bárbara do Pará, nos anos de 2019 e 2020. A análise fundamenta-se em uma abordagem comparativa, permitindo identificar tendências, permanências e alterações no cenário da Educação Especial no município, especialmente diante dos impactos provocados pela pandemia da COVID-19.

Os dados foram organizados em tabelas, conforme recomenda a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), possibilitando maior clareza na apresentação das informações e favorecendo a interpretação dos resultados com a legislação educacional vigente e da literatura científica da área.

Evolução das matrículas de estudantes com NEE (2019–2020):

Tabela 1 – Número de matrículas de estudantes com NEE na rede municipal (2019–2020)

ANO	MATRÍCULAS
2019	36
2020	35

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará, 2020.

O número total de matrículas de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), conforme apresentado na Tabela 1, evidencia uma leve redução entre os anos de 2019 e 2020, passando de 36 para 35 estudantes matriculados na rede municipal de ensino. Embora a variação quantitativa seja pequena, sua análise deve ser contextualizada, especialmente em municípios de pequeno porte, nos quais oscilações mínimas podem refletir impactos estruturais significativos. Viu-se que a redução observada não pode ser interpretada como mera flutuação estatística, mas como um indicativo de

fragilidades nos processos de acesso e permanência escolar, sobretudo no que se refere ao público-alvo da Educação Especial, historicamente mais vulnerável à exclusão educacional.

Ao observar o período correspondente ao ano de 2020, torna-se imprescindível considerar os efeitos diretos da pandemia da COVID-19 sobre o funcionamento do sistema educacional. Assim, a suspensão das aulas presenciais; a implementação emergencial do ensino remoto e a interrupção parcial ou total do Atendimento Educacional Especializado (AEE) comprometeram de maneira significativa o acesso e a continuidade do processo educativo dos estudantes com NEE. Ademais, a ausência de recursos tecnológicos acessíveis, aliada à limitação das mediações pedagógicas especializadas, contribuiu para o afastamento escolar desse público; situação que se reflete diretamente nos dados apresentados na Tabela 1.

Além disso, a redução no número de matrículas pode estar associada à dificuldade das famílias em manter o vínculo escolar durante o período pandêmico, especialmente em contextos socioeconômicos mais vulneráveis. Adicionalmente, a falta de acompanhamento sistemático; a sobrecarga das famílias no processo de ensino remoto; e a inexistência de políticas locais específicas para garantir a continuidade do atendimento educacional especializado intensificaram os riscos de evasão e descontinuidade escolar. Nesse sentido, a Tabela 1 não apenas quantifica matrículas, mas revela limites institucionais do município no enfrentamento de situações emergenciais que exigem respostas educacionais inclusivas e estruturadas.

Diante desse cenário, os dados apresentados reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Especial, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação em igualdade de condições. Com isso, a manutenção e ampliação das matrículas de estudantes com NEE requerem estratégias institucionais contínuas; planejamento intersetorial; e investimentos em serviços especializados, capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar. Em razão disso, a análise da Tabela 1 evidencia que a inclusão educacional não se resume ao ato da matrícula, mas

depende de condições estruturais que assegurem trajetórias escolares efetivamente inclusivas.

Distribuição por gênero dos estudantes com NEE:

Tabela 2 – Distribuição por gênero dos estudantes com NEE (2019–2020)

ANO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
2019	24	12	36
2020	22	13	35

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará, 2020.

Por conseguinte, a Tabela 2 apresenta a distribuição por gênero dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na rede municipal de Santa Bárbara do Pará nos anos de 2019 e 2020, evidenciando a predominância do sexo masculino em ambos os períodos analisados. Em 2019, os estudantes do sexo masculino corresponderam a 24 matrículas, enquanto o sexo feminino totalizou 12. Já em 2020, observa-se 22 matrículas masculinas e 13 femininas. Essa configuração indica relativa estabilidade no padrão de gênero, ao mesmo tempo, revela uma assimetria persistente que não pode ser compreendida apenas como fenômeno estatístico. Bem como, a leitura dos dados exige atenção aos processos institucionais de identificação, encaminhamento e registro dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e determinados transtornos específicos de aprendizagem apresentam maior incidência diagnosticada em meninos, conforme indicado pelos manuais classificatórios e pelos dados epidemiológicos amplamente difundidos, a exemplo do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5* (APA, 2014). Esse padrão tem orientado práticas institucionais de identificação, encaminhamento e atendimento educacional especializado, influenciando diretamente a composição do público-alvo da Educação Especial no contexto escolar. À luz dos dados mapeados neste estudo, observa-se que a predominância de matrículas do sexo masculino na rede municipal de Santa Bárbara do Pará dialoga com esse cenário mais amplo, ao mesmo tempo em que suscita reflexões críticas acerca dos processos diagnósticos adotados no âmbito educacional.

Estudos recentes apontam que as diferenças de prevalência entre os gêneros podem estar associadas a critérios diagnósticos historicamente construídos a partir de manifestações comportamentais mais frequentemente observadas em meninos, o que tende a invisibilizar ou retardar o reconhecimento de expressões mais sutis em meninas (LEVER; GEURTS, 2024). No caso do TDAH, revisões contemporâneas indicam que meninas frequentemente recebem diagnósticos tardios ou alternativos, em razão de sintomas menos disruptivos e de padrões comportamentais distintos, reforçando a necessidade de instrumentos diagnósticos mais sensíveis às variações de gênero (ALMEKHLAFLI; JAIN, 2024). Nesse sentido, a sub-representação feminina identificada nos dados analisados não deve ser interpretada apenas como reflexo de menor incidência dessas condições, mas também como possível indicativo de processos diagnósticos seletivos e de barreiras institucionais no reconhecimento das necessidades educacionais dessas estudantes, evidenciando a urgência de políticas públicas que articulem formação docente continuada, acompanhamento multiprofissional e práticas pedagógicas inclusivas.

A Tabela 2 sugere ainda que a desigualdade de gênero pode refletir não apenas diferenças biológicas, mas também vieses sociais, culturais e institucionais presentes nos processos de avaliação e encaminhamento educacional. Estudos como os de Brito et al. (2021) indicam que meninas com necessidades educacionais específicas frequentemente são diagnosticadas tardiamente; muitas vezes após apresentarem dificuldades acumuladas no processo de escolarização. Tal cenário aponta para a necessidade de práticas avaliativas mais sensíveis às questões de gênero; bem como para a formação continuada de professores e equipes técnicas no reconhecimento de diferentes formas de manifestação das NEE.

Dessa forma, os dados apresentados na Tabela 2 reforçam a importância de políticas públicas que promovam equidade no acesso aos serviços da Educação Especial, considerando as especificidades de gênero. Com a adoção de instrumentos diagnósticos mais abrangentes; a articulação entre educação e saúde; e o fortalecimento de equipes multiprofissionais são estratégias

fundamentais para evitar subdiagnósticos e garantir atendimento adequado a todos os estudantes. Dessa maneira, a análise por gênero contribui para ampliar a compreensão sobre os desafios da inclusão escolar, evidenciando que a efetivação do direito à educação exige olhar atento às desigualdades que atravessam o cotidiano escolar.

Distribuição etária dos estudantes com NEE:

Tabela 3 – Distribuição etária dos estudantes com NEE (2019–2020)

FAIXA ETÁRIA	2019	2020
0-5 anos	5	4
6-10 anos	18	21
11-15 anos	12	8
16-20	1	2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará, 2020.

A Tabela 3 apresenta a distribuição etária dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na rede municipal de Santa Bárbara do Pará nos anos de 2019 e 2020, evidenciando maior concentração na faixa etária de 6 a 10 anos. Em 2019, esse grupo totalizou 18 estudantes; em 2020, o número aumentou para 21, representando mais da metade das matrículas em ambos os períodos. Tal dado revela que a identificação das NEE ocorre predominantemente nos anos iniciais do Ensino Fundamental; etapa decisiva para o desenvolvimento das competências básicas de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático. A centralidade dessa faixa etária reforça a escola como espaço privilegiado de identificação das demandas educacionais específicas.

A presença significativa de estudantes entre 11 e 15 anos, especialmente em 2019, conforme indicado na Tabela 3, sinaliza a ocorrência de distorção idade/série, fenômeno recorrente entre estudantes público-alvo da Educação Especial. A ausência de intervenções pedagógicas precoces; a insuficiência de adaptações curriculares; e a fragilidade do acompanhamento individualizado tendem a gerar retenções sucessivas ou progressões com defasagens. Esse cenário compromete o percurso escolar dos estudantes e impacta diretamente sua permanência e aprendizagem ao longo da Educação Básica; configurando um desafio histórico para os sistemas de ensino inclusivos.

Observa-se ainda, que na Tabela 3, a presença de estudantes na faixa etária de 0 a 5 anos, ainda que em menor número, o que indica avanços no acesso à Educação Infantil. A identificação precoce das NEE nessa etapa é considerada fundamental pela literatura educacional; pois possibilita intervenções pedagógicas e terapêuticas mais eficazes, reduzindo impactos futuros no desenvolvimento escolar. Entretanto, a redução desse grupo em 2020 pode estar relacionada às dificuldades de acesso às instituições durante a pandemia; bem como à fragilidade dos mecanismos de busca ativa e acompanhamento das famílias em contextos de vulnerabilidade social.

Por último, a existência de estudantes na faixa etária de 16 a 20 anos, ainda que residual, revela desafios relacionados à permanência e à conclusão da escolarização obrigatória. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas educacionais que garantam trajetórias contínuas e exitosas; com estratégias específicas para jovens com NEE em distorção idade/série. Além de apontarem que a ausência de políticas sistemáticas de intervenção precoce impacta negativamente a trajetória escolar dos estudantes com NEE, elemento central das conclusões deste estudo. A análise da Tabela 3, reforça ainda a importância de ações integradas desde a Educação Infantil até as etapas finais da Educação Básica; assegurando atendimento educacional especializado, formação docente adequada e acompanhamento sistemático ao longo do percurso escolar.

Tipos de diagnóstico dos estudantes com NEE

Tabela 4 – Tipos de diagnóstico dos estudantes com NEE (2019–2020)

DIAGNÓSTICO	2019	2020
Deficiência Múltipla	16	19
Deficiência Intelectual	7	2
Surdez	4	2
TEA	3	1
Deficiência Física	2	2
Outros	4	9

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará, 2020.

Conforme apresentado na Tabela 4, observa-se que a Deficiência Múltipla constitui o diagnóstico mais recorrente entre os estudantes com NEE nos dois anos analisados, passando de 16 registros em 2019 para 19 em 2020. Esse

crescimento relativo evidencia um cenário de elevada complexidade educacional; uma vez que a Deficiência Múltipla envolve a associação de duas ou mais deficiências, exigindo intervenções pedagógicas altamente individualizadas. Percebe-se que a predominância desse diagnóstico indica que a rede municipal atende um público que demanda adaptações curriculares amplas; recursos pedagógicos específicos; e estratégias didáticas diversificadas para garantir o acesso ao currículo comum.

A expressiva presença de estudantes com Deficiência Intelectual, Surdez, Transtorno do Espectro Autista e Deficiência Física, conforme detalhado na Tabela 4, reforça a heterogeneidade do público da Educação Especial no município. Essa diversidade diagnóstica evidencia que a inclusão escolar não pode ser compreendida de forma homogênea; ao contrário, exige planejamento pedagógico diferenciado e flexível. A coexistência de múltiplas condições em um mesmo sistema de ensino demanda formação docente contínua; domínio de práticas inclusivas; e capacidade de articulação entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado.

Destaca-se ainda o aumento da categoria “Outros” em 2020, que passou de quatro para nove registros, conforme indicado na Tabela 4. Esse crescimento pode refletir dificuldades nos processos de diagnóstico; ausência de laudos atualizados; ou uso de classificações genéricas diante da limitação de serviços especializados no município. Tal situação revela fragilidades na articulação entre as políticas educacionais e de saúde; comprometendo a precisão das informações e, conseqüentemente, o planejamento das ações pedagógicas. A literatura aponta que diagnósticos imprecisos tendem a limitar a efetividade das estratégias educacionais inclusivas.

Diante desse cenário, a análise da Tabela 4 evidencia a urgência de fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Além disso, torna-se imprescindível a atuação de equipes multiprofissionais; compostas por psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais; para subsidiar o trabalho pedagógico nas escolas. O estudo evidencia ainda que as dificuldades nos anos iniciais repercutem ao longo de

todo o percurso escolar, argumento central reafirmado na conclusão deste estudo. Assim, os dados reforçam que a efetivação da educação inclusiva exige investimentos estruturais, articulação intersetorial e políticas públicas consistentes voltadas à garantia do direito à aprendizagem dos estudantes com NEE.

Distribuição dos estudantes com NEE por ano escolar:

Tabela 5 – Distribuição dos estudantes com NEE por ano escolar (2019–2020)

ANO ESCOLAR	2019	2020
Educação Infantil	5	4
1º ano	2	3
2º ano	4	5
3º ano	7	2
4º ano	5	14
5ºano	13	7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará, 2020.

Conforme demonstrado na Tabela 5, observa-se uma concentração significativa de estudantes com NEE nos anos finais do ciclo inicial do Ensino Fundamental, especialmente no 4º e 5º anos. Em 2019, o maior contingente encontrava-se no 5º ano, enquanto em 2020 houve um deslocamento expressivo para o 4º ano, com aumento substancial de matrículas. Esse padrão também sugere a presença de dificuldades acumuladas ao longo do processo de escolarização, associadas principalmente à alfabetização e ao letramento, fatores que impactam diretamente a progressão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A permanência prolongada nos mesmos anos escolares, conforme evidenciado na Tabela 5, pode indicar retenções sucessivas ou progressões com defasagens significativas. Esse fenômeno é recorrente entre estudantes com NEE quando não há adaptações curriculares adequadas, avaliações diferenciadas e acompanhamento pedagógico individualizado. Demais, a literatura educacional aponta que a ausência de intervenções sistemáticas nos anos iniciais tende a ampliar a distorção idade/série; comprometendo o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar.

Destaca-se ainda a presença de matrículas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que revela avanços no acesso precoce ao sistema educacional. No entanto, a redução desses quantitativos em 2020, conforme apresentado na Tabela 5, pode estar relacionada aos efeitos da pandemia da COVID-19, à suspensão das atividades presenciais; e às dificuldades de adaptação do ensino remoto para crianças com NEE. Esse cenário evidencia fragilidades na garantia da continuidade do atendimento educacional; sobretudo para estudantes que demandam mediações pedagógicas constantes.

Dessa forma, os dados apresentados na Tabela 5 reforçam a necessidade de políticas educacionais voltadas à intervenção precoce; ao fortalecimento da alfabetização inclusiva; e à formação continuada dos professores da educação básica. Torna-se imprescindível que a rede municipal implemente estratégias pedagógicas específicas; articule o ensino regular ao Atendimento Educacional Especializado; e assegure o acompanhamento sistemático do percurso escolar dos estudantes com NEE. Assim, será possível promover trajetórias escolares mais equitativas; reduzir a distorção idade/série; e efetivar o direito à educação inclusiva com qualidade social.

Distribuição dos estudantes com NEE por unidade escolar (2019–2020):

Tabela 6 – Distribuição dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais por escola na rede municipal de Santa Bárbara do Pará (2019–2020)

ESCOLA	2019	2020	TOTAL
MNC	13	13	26
BN	6	3	9
CLP	3	3	6
EL	3	3	6
JB	2	2	4
LBLL	2	2	4
MV	2	2	4
CRC MD	1	1	2
AR	1	-	1
MRC	1	1	2
DC	1	1	2
SJ	1	1	2
LVT	-	2	2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará, 2020.

Observa-se que na tabela 6 que a distribuição dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede municipal de ensino de Santa Bárbara do Pará apresenta forte concentração em determinadas unidades escolares, com destaque para a escola MNC, que manteve o maior quantitativo de matrículas em ambos os anos analisados. Essa permanência numérica indica que a escola funciona como principal polo de atendimento da Educação Especial no município, o que pode estar associado à sua maior capacidade física, à oferta ampliada de turnos e à centralização informal do atendimento educacional especializado. Embora tal configuração favoreça o acesso, também sinaliza riscos de sobrecarga pedagógica e administrativa.

As escolas BN, CLP e EL aparecem em um segundo nível de concentração, mantendo quantitativos relativamente estáveis nos dois anos. Esse padrão sugere que essas instituições possuem alguma capacidade instalada para acolher estudantes com NEE, ainda que de forma limitada. Entretanto, a diferença expressiva entre essas unidades e a escola MNC evidencia uma distribuição desigual dos recursos educacionais e das condições de atendimento inclusivo no interior da própria rede municipal, contrariando o princípio da equidade previsto nas políticas nacionais de Educação Especial.

As demais escolas apresentam números reduzidos e, em alguns casos, residuais de matrículas de estudantes com NEE, conforme demonstrado na Tabela 6. Tal cenário pode indicar limitações estruturais, ausência de Salas de Recursos Multifuncionais, barreiras arquitetônicas ou insegurança das famílias quanto à capacidade de atendimento dessas unidades. A baixa diversificação territorial da Educação Especial reforça a existência de um modelo concentrador, no qual poucas escolas assumem a maior parte da demanda, enquanto outras permanecem à margem do processo inclusivo.

Cabe destacar que os achados deste estudo se limitam aos dados oficiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Pará referentes aos anos de 2019 e 2020, o que pode não abarcar integralmente a complexidade das dinâmicas vivenciadas pela Educação Especial no município. A dependência de registros administrativos e a ausência de informações mais detalhadas acerca dos processos diagnósticos e do

acompanhamento longitudinal dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais configuram limitações da pesquisa.

Além disso, o recorte temporal coincide com o período inicial da pandemia de COVID-19, o que pode ter influenciado diretamente o número de matrículas e a organização do atendimento educacional especializado. Nesse sentido, recomenda-se que estudos futuros ampliem a abordagem metodológica, incorporando análises qualitativas junto às escolas, famílias e equipes multiprofissionais, bem como investigações em séries históricas mais longas, de modo a aprofundar a compreensão sobre os efeitos das políticas públicas de Educação Inclusiva no contexto amazônico.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o perfil das matrículas de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais na rede municipal de ensino de Santa Bárbara do Pará, nos anos de 2019 e 2020. Os resultados evidenciam que, embora haja ampliação do acesso ao ensino regular, persistem desafios estruturais e pedagógicos que limitam a efetivação da educação inclusiva, especialmente no que se refere à organização do Atendimento Educacional Especializado.

Verificou-se a concentração das matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como a recorrência da distorção idade/série nos anos subsequentes, indicando fragilidades nas intervenções pedagógicas precoces e no acompanhamento contínuo dos estudantes com NEE. Observou-se ainda a predominância de diagnósticos de Deficiência Múltipla e a distribuição desigual dos estudantes entre as unidades escolares, com concentração do atendimento em poucas escolas da rede.

Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva no município exige o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, a ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais, a atuação integrada de equipes multiprofissionais e investimentos contínuos em políticas públicas alinhadas à Lei Brasileira de Inclusão, ao Plano Nacional de Educação e à Declaração de

Salamanca, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência e a aprendizagem dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

REFERÊNCIAS

- ALMEKHLAFI, K.; JAIN, S. Revelando as disparidades de gênero no TDAH: uma revisão da literatura sobre fatores e impactos do diagnóstico tardio em mulheres (2010–2023). **Revista de Saúde Mental Feminina**, v. 1, n. 1, p. 9–21, mai, 2024. Disponível em: <https://openaccesspub.org/womans-mental-health/article/2125>. Acesso em: 26 dez. 2025.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V**: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, 5ª Edição. Lisboa: Climepsi.2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jul. 2025.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.
- BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- BRITO, W. L. C.; SILVA, M. J. F.; LIMA, M. C.; LOPES, E. da S. Intervenções inter/multidisciplinares em crianças disléxicas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 16482–16492, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-325>.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, E. DA S. **Dislexia: do reconhecimento ao tratamento na percepção dos professores da Educação Básica**. 2021. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor). Escola Superior de Educação de Fafe, Fafe, 2021.

LOPES, E. DA S., & CARVALHO, O. DA C. A. de. Dislexia: uma revisão sistemática. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 1534–1555, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CONJ-840-F18>

LOPES, E. DA S., & NASCIMENTO, S. C. C. A convenção internacional dos direitos das crianças na percepção dos adolescentes amazônicos. **Conjecturas**, v. 22, n.2, p. 890–903, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CONJ-740-B02>.

NASCIMENTO, S. C. C.; LOPES, E. DA S.; BRITO, W. L. C.; CARMO, I. K. B. DO. A afetividade na relação docente/discente no ambiente escolar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 36619–36627, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-228>.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª ed. 5ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes. 2002.